

O “HOMEM CORDIAL” E A DEMOCRACIA QUASE IMPOSSÍVEL

CARÁTER TÍPICO-IDEAL E SIGNIFICADO POLÍTICO DA CORDIALIDADE EM *RAÍZES DO BRASIL*

Pedro Meira Monteiro

I. *Raízes do Brasil* no cenário intelectual de trinta

Não há atitude que parecesse tão equivocada a Sérgio Buarque de Holanda como a utilização mecânica e irrefletida de aparatos conceituais estranhos na interpretação da realidade nacional. Ele justamente acusa a importação sumária de fórmulas e preceitos alienígenas que resulta em análises tacanhas da nação e de seus desígnios. Uma atitude de afirmação nacional, pela reconstrução imaginosa da nossa história, informa a feitura de um ensaio como *Raízes do Brasil*. Contudo, é mediante a utilização criteriosa de um instrumental teórico universal das ciências sociais que se torna possível escrever um trabalho situado no *intermezzo* da história do pensamento social brasileiro, inscrevendo-se ainda na tradição ensaística das primeiras décadas do século mas contendo, ainda que não de forma completamente sistemática, elementos da reflexão sociológica universal, que lhe dão um aspecto já mais próximo dos trabalhos das décadas posteriores, quando as ciências sociais se desenvolveriam no Brasil dentro de um universo de reflexão estreitamente ligado às correntes de pensamento e aos grandes debates teóricos das universidades estrangeiras, sofrendo já um irreversível processo de institucionalização e escolarização.

Ao lado deste processo, e em parte ensejando-o, a *intelligentsia* forjava,

por assim dizer, o seu "campo cultural", dando azo a uma efervescência intelectual que os novos ares da revolução de trinta possibilitavam¹. Urgia interpretar o Brasil, dar-se a conhecê-lo. A coleção "Documentos Brasileiros", editada por José Olympio e que teria *Raizes do Brasil* como seu primeiro número, é exemplo vivo dessa urgência:

Não se trata de uma aventura editorial, mas de uma coleção planejada e organizada com o maior escrupulo e com todo o vagar, visando corresponder não só às necessidades do estudioso como à curiosidade intelectual de todo brasileiro culto pelas coisas e pelo passado do seu paiz.²

Mas, bem se poderia dizer, há também uma identidade estética fundamental em *Raizes do Brasil*. Não é apenas a utilização imaginosa de aparatos conceituais sofisticados que dá ao ensaio um caráter especial na história do pensamento social brasileiro. *Raizes do Brasil* tem ainda algo de modernista. Afinal, a recusa ao intelectualismo bacharelesco e às propostas políticas "caprichosas", distantes da nossa realidade, tem seu paralelo com a ousada atitude estética daqueles que buscavam a "espontaneidade nacional" não em um "espírito" uno e indiferenciado do povo, mas sim nas suas realizações culturais mais significativas e genuínas, ricas exatamente em sua diversidade. Aliás, a espontaneidade nacional, o cordialismo (de que se tratará mais adiante), e mesmo uma incerta "relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor" entre nós, são todas características apontadas por nosso autor como promissoras para um casamento entre o caráter nacional e as atitudes democráticas³. Transmutar aquilo que pode

¹ A idéia de "campo cultural" é aqui utilizada seguindo a sugestão de Luciano Martins: "um espaço, ao mesmo tempo abstrato e físico, onde se concentram as atividades culturais e suas instituições", escapando portanto à noção de "campo" formulada por Bourdieu, dado que a estruturação do próprio campo ainda estava por vir, obedecendo a uma lógica ainda não cabalmente estabelecida. Cf. Martins, Luciano. "A Gênese de uma Intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil - 1920 a 1940", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2(4), jun. 1987, p.79.

² FREYRE, Gilberto. "Documentos Brasileiros". In: HOLANDA, Sérgio B. *Raizes do Brasil*. R.Janeiro, José Olympio, 1936, p.VI.

³ HOLANDA, Sérgio B. *Raizes do Brasil*. Brasília, Ed. da UNB, 1963, p.180. Cotejamos a quarta edição (1963), de que nos valemos por ora, com a primeira, de 1936. Há razoáveis diferenças na construção do texto. A elas nos referiremos, porém, apenas quando julgarmos pertinente para os nossos objetivos neste artigo. Salvo quando houver referência em contrário, é à quarta edição que nos reportamos.

ser empecilho para o progresso (o cordialismo, que impossibilitaria a proliferação de um pensamento infenso ao particularismo, fundamental para a consolidação democrática) em uma arma original para promovê-lo parece uma atitude essencialmente modernista, lembrando que, no campo estético, importava descobrir as potencialidades nacionais, transformando o nosso aparente “atraso” num motivo de avanço.

Um certo “realismo” político parece pautar *Raízes do Brasil*, dando-lhe não um sentido conservador, mas justamente inovador, na medida em que se apartava das grandes e quiméricas soluções que se apontavam para o país, tanto à esquerda quanto à direita. Este sentido inovador revela a preocupação de ater-se muito fielmente à realidade nacional, redescobri-la com as armas intelectuais que a Europa fornecia, mas jamais deixando que essas mesmas armas moldassem a realidade. Aí está, talvez, um “segredo” de *Raízes do Brasil* que é, de certa forma, também modernista: a utilização de um aparato conceitual estrangeiro tão-somente como uma ferramenta, jamais como fim em si mesmo, importando aí redescobrir o nacional não mais em fórmulas abstratas, e sim nas até então insuspeitadas características genuinamente brasileiras, através de uma utilização crítica daquele aparato conceitual, numa espécie de “antropofagia” sociológica. George Avelino F^o, em estudo recente, percebe exatamente uma certa continuidade entre as “preocupações do Sérgio modernista e *Raízes do Brasil*”, ressaltando que

a abstração, quando existir, deve estar estreitamente vinculada à realidade social, dando a esta uma forma mínima de expressão que garanta a sua continuidade. As condições sociais para a efetivação de uma prática democrática, surgidas entre nós, somente se atualizariam se impulsionadas por um pensamento que tenha por base nossa realidade contraditória.⁴

O olhar modernista, à primeira vista iconoclástico, mas de fato propositivo e perquiridor, parece presente no ensaio de Sérgio Buarque, como bem o sugere o articulista. Mas, como lembraram já diversos críticos, também está presente, de modo indissociável do aspecto

⁴ AVELINO F^o, George. “As raízes de ‘Raízes do Brasil’”, *Novos Estudos*, (18), set.1987, p.39.

“modernista”, uma crítica política profunda, que somente se pode compreender no contexto político da década de trinta⁵.

Aponta-se em *Raízes do Brasil* sobretudo a saída democrática para o país, através do enfraquecimento dos laços de relação pessoal e da devida separação entre o espaço público e o privado, mediante a criação de uma verdadeira esfera pública. Porém, tal enfraquecimento significa, contraditoriamente, a perda de um lusitanismo que informou o desenvolvimento do país no seu passado colonial. Mas, lembramos aqui, é justamente o romper com o passado que anima o nosso historiador⁶. É possível até, no seu famoso ensaio, enxergar um traço de “radicalismo” político orientando uma proposta não claramente formulada, mas ao menos sugerida, que se diferenciava da maior parte das propostas políticas para a nação, quase todas essencialmente elitistas⁷. Em *Raízes do Brasil* é o povo, com suas potencialidades, que poderia tomar as rédeas do desenvolvimento nacional. Contudo, toda essa proposta política, preciosamente trabalhada no final do ensaio, ilumina-se justamente se nos remetemos aos seus inícios, onde, mediante a análise das raízes ibéricas e coloniais do Brasil, Sérgio Buarque lança mão, de forma extremamente criativa (e portanto

⁵ A proposta política de Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil*, amiúde trabalhada pelos estudiosos mas frequentemente esquecida num certo “senso comum” universitário, deve sempre ser ressaltada. Somente através dela se compreende a inserção da obra no seu tempo e, concomitante, a sua perene contemporaneidade. Veja-se alguns autores que a desenvolveram: LAMOUNIER, Bolívar. “Raízes do Brasil”, *Revista do Brasil* 3(6), jun. 1987, pp. 55-62; Cardoso, Fernando Henrique. “Brasil: as raízes e o futuro”, *Revista do Brasil* 3(6), jun. 1987, pp. 52-54 (estes dois artigos mostram-se especialmente interessantes por datarem de 1978, quando a referência à obra de Sérgio Buarque parecia ganhar força extraordinária, não porque se a considerasse simples libelo contra a ditadura, mas como inspiradora que era de uma reflexão democrática, num momento em que a abertura era sobejamente almejada); CARDOSO, Fernando Henrique. “Livros que inventaram o Brasil”, *Novos Estudos*, (37), nov. 1993, pp. 21-35; Souza, Antonio Candido de Mello e. “Introdução” in Barbosa, Francisco de Assis (org.). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. R. Janeiro, Rocco, 1989 (introdução à parte II-“Sérgio em Berlim e depois”); Idem, “Radicalismos”, *Estudos Avançados*, 4(8), 1988, pp. 4-18; Idem. “Raízes do Brasil” in *Teresina etc.*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1980; por fim, conferir também o próprio artigo de George Avelino em *Novos Estudos*.

⁶ Maria Odila Dias lembra, de Sérgio Buarque, que “gostava de citar certa passagem de Goethe, também evocada por Croce, segundo a qual somente valia a pena conhecer o passado para libertar-se dele”. DIAS, Maria Odila L. da Silva. “Sérgio Buarque de Holanda, historiador” in (org.) *Sérgio Buarque de Holanda*. S. Paulo, Ática, 1985, p. 12.

⁷ Utilizamos aqui a idéia de “radicalismo” a partir da sugestão de Antonio Candido, que toma o “radical” não simplesmente como um extremado, mas como aquele que, mesmo contraditoriamente, vê os problemas da nação de um prisma essencialmente anti-conservador, ainda que passando por cima dos antagonismos de classe, numa análise que propõe soluções harmônicas antes que revolucionárias. Souza, Antonio Candido de Mello e. “Radicalismos” *op. cit.*

também recriadora), de elementos das ciências sociais, em especial, nos parece, da metodologia weberiana.

II. Raízes do Brasil: a dialética na construção de tipos ideais

Paulo Arantes, em estudo recente, ressalta, através de análise da crítica literária de Antonio Candido e de Roberto Schwarz, um “sentimento da dialética” fortemente presente na experiência intelectual brasileira⁸. Sérgio Buarque de Holanda merece nesse estudo algumas notas, centradas em *Raízes do Brasil*, talvez não só pela importância do já clássico prefácio de Antonio Candido à edição de 1969⁹, como também pela presença, pioneira naquele ensaio, de uma “metodologia dos contrários”, bem ao gosto do que Paulo Arantes esmiúça no trabalho de Candido e que parece estar ligado, de um lado, à própria experiência repleta de contradições de uma nação periférica e, de outro, à resposta que o ensaio dá, inclusive estilisticamente, a esta mesma experiência. Esta relação entre a ensaística do período e a experiência brasileira fica mais clara quando nos reportamos ao texto de Arantes:

É bom lembrar (...) que o clássico de Sérgio Buarque pertence a um gênero característico da sensibilidade intelectual brasileira, reativado no período modernista, o *ensaio* histórico-sociológico: nele se esquadrinha, sínteses são tentadas, são procuradas explicações de nossa cultura, sempre no terreno sincrético e predileto do “ponto de vista” não especializado, um gênero misto, construído na confluência da criação literária e da pesquisa científica, forma original de investigação e descoberta do Brasil. Fato que devolve ao primeiro plano – se ainda fosse necessário – o vínculo histórico do nosso ensaísmo clássico com a experiência brasileira, especificando as providências inerentes ao gênero na direção das exigências próprias do seu objeto.¹⁰

⁸ ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1992.

⁹ Há uma edição recente deste prefácio em uma coletânea do autor, de que nos utilizamos neste artigo. Souza, Antonio Candido de Mello e. *Raízes do Brasil* op.cit.

¹⁰ ARANTES, Paulo Eduardo, op.cit., p.21.

Somente se compreenderá a presença de uma tipologia de inspiração weberiana em *Raízes do Brasil*, fundamental para a compreensão da "cordialidade" como conceito-chave do ensaio, se nos reportarmos justamente às "exigências próprias do objeto" que Sérgio Buarque tinha à frente. A tentativa de uma síntese das perspectivas históricas do país, indo a fundo nas raízes de nossa herança ibérica e em especial lusitana, requeria a forjadura de um estilo – em parte literário em parte sociológico (e haverá tão clara a diferença?) – que respondesse àquele caráter sintético que se buscava. Aí torna-se fundamental, nos parece, a lembrança do texto de Paulo Arantes, porque nesta sua diminuta colocação sobre *Raízes do Brasil* se desvela algo que por vezes nos escapa: uma relação fundamental não simplesmente entre o contexto político e o texto ensaístico, mas sobretudo uma relação entre a forma da reflexão ("as providências inerentes ao gênero") e os seus objetivos ("as exigências próprias do objeto"), que de certa maneira retoma uma questão essencial da metodologia weberiana, qual seja: a necessidade de forjar-se sempre, para cada situação real e evento especialmente significativo, um ou mais tipos ideais que dêem conta daquela realidade, ressaltando nela os seus aspectos culturalmente significantes. Contempla-se então a transitoriedade e historicidade dos tipos ideais – predicada pelo mestre alemão¹¹ –, que não servem para o trabalho científico senão na sua especificidade, que os liga a cada realidade particular, situada no tempo e no espaço de forma singular. Os tipos ideais, de cuja construção, poderíamos já dizer, Sérgio Buarque se nutre, fazem sentido tão-somente na sua especificidade, porque se referem exatamente às "exigências próprias do objeto" e não a quaisquer outras. E é o caráter único destas construções tipológicas, adequadas aos objetivos específicos do historiador, que nos remete por um instante, se lhe quisermos apreender o sentido, à realidade do momento, sem a qual jamais poderíamos entender a *forma* com a qual se constrói o ensaio. É por isto que fazemos estas digressões, porque, se para entender a cordialidade em *Raízes do Brasil* é bastante útil perceber a presença

¹¹ Cf. WEBER, Max. "A 'Objetividade' do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política" in METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, parte 1. S.Paulo/Campinas, Cortez/ Ed. da UNICAMP, 1992, especialmente pp. 146-149.

de Weber no trabalho de Sérgio Buarque, precisamos na verdade nos afastar um pouco de Weber, para compreendê-los aos dois em sua significativa riqueza, de que faz parte justamente a recusa de conceitos estáticos e a-históricos; recusa que o historiador brasileiro expressaria através da busca de construções teóricas sempre “cambiantes” e historicizadas, que pudessem enfim dar conta do movimento da história em seus ritmos diferenciados¹².

É aliás tentando dar conta de nossa história que Sérgio Buarque lança mão de uma utilização *sui generis* da construção típica-ideal. Contudo, as referências explícitas a Weber são parcas em seu trabalho. Ainda assim, se atentarmos para a construção de tipos em *Raízes do Brasil*, veremos que ela obedece a uma certa orientação weberiana. O que há de novo é que

Raízes do Brasil é construído sobre uma admirável metodologia dos contrários, que alarga e aprofunda a velha dicotomia da reflexão latino-americana. Em vários níveis e tipos do real, nós vemos o pensamento do autor se constituir pela exploração de conceitos polares. O esclarecimento não decorre da opção prática ou teórica

¹² Maria Odila Dias ressalta a riqueza da narrativa de Sérgio Buarque de Holanda, através da qual ele busca recriar as tensões do devir histórico, explorando ao máximo a adequação entre a palavra e o conceito, revivendo no próprio estilo da narrativa as contradições que tenta apontar no desenvolvimento das mentalidades no Brasil-colônia. (“Através da narrativa também procurava captar os diferentes ritmos do tempo e suas descontinuidades no processo do devir”). DIAS, Maria Odila L. da Silva. “Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. in: *Sérgio Buarque de Holanda vida e obra*. S. Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/USP, 1988, pp. 72-79. Francisco Iglésias, por seu turno, referindo-se a Sérgio Buarque ainda jovem, afirma que “tem o sentido agudo do fluxo, da mudança, sabe ser ela a teceira da História, na configuração dos homens e das sociedades. Ver características permanentes, falar em caráter nacional, como coisa fixa e imutável é revelar insensibilidade para o novo, dado incompatível com o historiador. Sérgio, portanto, não podia tomar absoluto um traço, pois, como historiador, sabe que só a mudança é constante, nada é permanente, como ensina a filosofia heraclitiana”. IGLÉSIAS, Francisco. “Sérgio Buarque de Holanda, Historiador”. in: *Sérgio Buarque de Holanda - 3o Colóquio UERJ*. R. Janeiro: Imago, 1992, p. 24. Fernando Novais, por sua vez, ressalta a importância de uma análise do procedimento metodológico de Sérgio Buarque, que evite o equívoco de considerá-lo um historiador avesso ao conceito propriamente dito. O que Novais sugere é que em Sérgio Buarque não há, como em Caio Prado Jr., uma totalidade (o “sentido da colonização”, no caso) a que responde toda a análise dos eventos. Ao contrário, o que haveria seria uma subordinação das totalidades (“as abstrações do conceito”) aos eventos. A totalidade se condensa em cada evento particular, os conceitos estão subordinados a eles e somente através do tempo se resgata a articulação entre a totalidade dos conceitos e a particularidade do evento. NOVAIS, Fernando A. “Comentário à Comunicação de Antonio Candido”. in: *Sérgio Buarque de Holanda - 3o Colóquio UERJ*. op.cit., p. 113 (“Debate”).

por um deles, como em Sarmiento ou Euclides da Cunha, mas pelo jogo dialético entre ambos. A visão de um determinado aspecto da realidade histórica é *obtida*, no sentido forte do termo, pelo enfoque simultâneo dos dois. Um suscita o outro, ambos se interpenetram e o resultado possui uma grande força de esclarecimento.

Nesse processo Sérgio Buarque de Holanda aproveitou o critério tipológico de Max Weber, mas modificando-o, na medida em que focaliza pares, não pluralidades de tipos, o que lhe permite deixar de lado o modo descritivo para tratá-los de maneira dinâmica, ressaltando principalmente a sua interação no processo histórico. O que haveria de esquemático na proposição de pares mutuamente exclusivos se tempera desta forma por uma visão mais compreensiva, tomada em parte a posições de tipo hegeliano(...) ¹³

A presença de Hegel na compreensão da história por Sérgio Buarque ressalta aquele "sentimento da dialética" de que falava Paulo Arantes. Em seus aspectos metodológicos, portanto, a construção de *Raízes do Brasil*, seguindo a chave analítica de Antonio Candido, responde tanto a uma inspiração weberiana quanto hegeliana. Porém, na metodologia weberiana, o tipo ideal é apenas e tão-somente um instrumento conceitual, distinto da realidade, que o cientista forja para compreendê-la. Já na perspectiva hegeliana, segundo Gabriel Cohn, "o conceito, em sua acepção mais ampla, é o próprio real no seu processo de constituição, ou então cada manifestação particular do conceito capta um momento desse processo" ¹⁴. Não é nosso objetivo neste artigo aprofundarmo-nos em discussões epistemológicas, com vistas a traçar o legado epistêmico, se assim pudermos chamá-lo, de Sérgio Buarque no momento da edição de seu primeiro livro. Porém, vai ficando clara a recusa do autor em estreitar-se numa única herança teórica. Encontraremos vários estudiosos perplexos ante o vulto de

¹³ SOUZA, Antonio Candido de Mello e. "Raízes do Brasil" op.cit., pp.127-128.

¹⁴ COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. S.Paulo: T.A. Queiroz, 1979, p.116.

sua erudição, não apenas no que concerne a uma história factual, mas sobretudo no que respeita à própria teoria do conhecimento histórico. O ecletismo de sua postura metodológica sugere um aprofundamento deste tema, que escapa aos objetivos deste artigo. Resta a lembrança, contudo, do que poderia significar esta aparente incompatibilidade metodológica entre Weber e Hegel, que Sérgio Buarque talvez contornasse exatamente aliando a percepção do devir desde uma chave hegeliana (cada movimento contendo em germe a sua própria dissolução) a uma postura compreensiva, forjando tipos aos pares, excluindo do interior da construção típica-ideal a contradição, descobrindo-a na tensão perene *entre* tipos pareados. “Aventureiro” e “trabalhador”, “semeador” e “ladrilhador”, “cordialismo” e “impessoalidade”, são alguns dos pares de tipos ideais (na acepção weberiana de tipo ideal como uma “individualidade histórica”) que encontraremos em *Raízes do Brasil*, onde se faz sentir um amálgama de posições “de tipo hegeliano” e uma inspiração weberiana, com forte toque do historicismo alemão¹⁵.

III. Trabalho e aventura

O nosso autor se preocupa, na sua singular construção de tipos, em ressaltar exatamente os traços *culturalmente* significativos da realidade. E é apontando esses traços, nos parece, que há um *crescendo* em *Raízes do Brasil*, apontando para um momento-chave do livro: o quinto capítulo, intitulado “O homem cordial”. Desde as “Fronteiras da Europa” até a especificidade de um certo “desleixo” lusitano na construção das cidades, em oposição ao traçado retilíneo e rigoroso da cidade castelhana na América, passando pela discussão cuidadosa de nossa herança rural, parece tudo fluir para o momento da construção teórica do “homem cordial”. Construção, aliás, que perde o seu nexos se nos afastamos do restante do ensaio. Porque, se o que vem antes o faz confluindo para o quinto capítulo, como queremos crer, o que vai

¹⁵ A presença de uma metodologia de inspiração weberiana em *Raízes do Brasil* mereceria um estudo em separado. Limitamo-nos aqui a sugerir brevemente a presença de Weber no ensaio de Sérgio Buarque, porque é ela fundamental para a compreensão da “cordialidade” como categoria compreensiva oposta, analiticamente, à norma impessoal da burocracia. Sequer nos reportamos com detalhe à presença do historicismo, em especial alemão, na obra em questão. Sobre esta presença, verificar DIAS, Maria Odila S. *Estilo e método...* op.cit. e NOVAIS, Fernando A. *Comentário à Comunicação...* op.cit.

após somente ganha força e sentido, como proposta política, se iluminado pelo conceito em questão.

Sérgio Buarque ressalta, logo no início do ensaio, a circunstância que nos marca em nossa especificidade e ao mesmo tempo conforma as nossas perspectivas históricas: o fato de sermos uma cultura transplantada, verdadeiros “desterrados em nossa terra”¹⁶. A herança ibérica, esta far-se-á sentir nos traços típicos da gente da Península, que ainda carregamos conosco. A “cultura da personalidade”, que valoriza a autonomia do indivíduo que “se basta”, que independe dos outros e depende apenas de suas próprias virtudes e de seu esforço, é a característica marcante daquela gente, para quem a luta e a emulação são atributos engrandecedores, expressos, diz Sérgio Buarque, “em uma palavra bem hispânica - ‘sobranceria’(...)”. O orgulho pessoal, ostentado altivamente por aqueles povos, obsta logicamente formas de convívio “que impliquem solidariedade e ordenação”. Lembra-nos o ilustre historiador que “em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida”. Não se curvam os peninsulares às hierarquias, aos privilégios hereditários, como o fazem outros povos europeus, dado respeitarem apenas o mérito e a responsabilidade exclusivos do indivíduo, independentes de sua ascendência. A solidariedade não viceja entre eles na forma de um “espírito de organização espontânea”, característica de povos protestantes¹⁷, mas apenas “onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse – no recinto doméstico ou entre amigos”. Ademais, o “culto do trabalho”, que tão fortemente marcou os “povos do norte”, lhes é repulsivo. O produto do trabalho mecânico, afinal, não pode aumentar a sua dignidade pessoal, pois “visa a um fim exterior ao homem e pretende conseguir a perfeição de uma obra distinta dele”. Vê-se que é o indivíduo, em sua própria inteireza e dignidade, o centro das valorações positivas da gente da Península.

Essa mesma valorização negativa do trabalho, destituindo-o do aspecto nobilitante que uma moral propriamente burguesa carrega,

¹⁶ HOLANDA, Sérgio B. *Raízes...* op.cit., (capítulo 1 - “Fronteiras da Europa”), pp.3-15.

¹⁷ Vê-se aqui, na idéia da ausência de uma “racionalização da vida, que tão cedo experimentaram algumas terras protestantes”, o eco de um tema clássico da obra weberiana: o nascimento de uma organização racionalizada da vida derivada de uma ética religiosa.

marca por seu turno uma característica ibérica que será longamente desenvolvida, em sua significação específica para a colonização lusitana, no segundo capítulo de *Raízes do Brasil*, intitulado “Trabalho e aventura”¹⁸. Ali, duas éticas distintas são analisadas e compreendidas, “dialeticamente”, através de um jogo de oposições preciosamente trabalhado.

A colonização lusitana, sugere Sérgio Buarque, foi levada a cabo quase que “apesar de seus autores”. Não houve em momento algum “um empreendimento metódico e racional”; antes disso, a exploração dos trópicos pela gente lusitana se fez com certo “desleixo”, de maneira tipicamente aventureira. É o “aventureiro”, na sua conformação típica, que se vai desenhando em oposição ao “trabalhador”. São duas éticas opostas, “dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens”. Princípios que se “encarnam nos tipos do aventureiro e do trabalhador”. O “aventureiro”, de seu lado, não se afeiçoa ao trabalho de longo prazo, paciente e persistente, nem se deixa estimular pela possibilidade de um retorno pequeno, embora constante, pelo esforço despendido na sua faina. Ao contrário, o que lhe interessa é o retorno vultoso e rápido, tão mais bem vindo quanto menor tiver sido o esforço despendido no trabalho. A ética do “aventureiro” é clara e predominantemente a ética que orientou e que permite compreender a colonização lusitana: a “recompensa imediata”, sem intermediação de qualquer “esforço lento, pouco compensador”, é o que interessa a esse tipo humano. “Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore”. O “trabalhador”, ao contrário, possui exatamente os atributos que parecerão assazmente odiáveis ao tipo “aventureiro”. O trabalho constante e árduo, que não permite prontamente um retorno vultoso, dita ao “trabalhador” uma atenção perene pelo detalhe que se lhe põe à frente. As pequenas dificuldades a vencer lhe servem, por assim dizer, de antolhos aos objetivos grandiosos aos quais nega qualquer valor imediato. Servem-lhe tais pequenas dificuldades, ademais, de alavanca para o seu trabalho contínuo, que não guarda pretensões ingentes para com o curto prazo. A própria concepção de espaço do “trabalhador” é limitada, pois tem o olhar sempre voltado

¹⁸ Idem, *ibidem*, (capítulo 2 - “Trabalho e Aventura”), pp. 17-49.

para as pequenas coisas que podem auxiliá-lo no seu lento esforço: "seu campo visual é naturalmente restrito. A parte maior que o todo". Nesta referência espacial e temporal peculiar (tempo dilatado e espaço limitado), medram características como a estabilidade, a segurança pessoal, a previdência. O "trabalhador", escrevera Sérgio Buarque, "é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar". Já com o "aventureiro", os sinais são trocados. Nele encontraremos um tipo humano desafeito àquela ética da paciência e da morigeração. As suas características são, em oposição às do "trabalhador", a "audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem", enfim, atributos que nos permitem compreendê-lo a partir da negação da ética do trabalho, em cada uma de suas decorrências. O "aventureiro", seguindo a lógica que vamos apontando, possui referências espacial e temporal também opostas às das do "trabalhador". Para que medrem suas características típicas, deverá ter pela frente um espaço ilimitado, para uma ação também sem limites. A ética da aventura pressupõe o espaço dilatado: "uma concepção *espaçosa* do mundo", onde a audácia, a imprevidência, etc., possam vigorar sem óbices. O tempo, ao contrário, se contrai, numa constante demanda pelos resultados imediatos.

Perceba-se que o trabalho de construção teórica que resulta em tipos como o "trabalhador" e o "aventureiro" necessariamente se faz preceder de uma seleção de traços tomados importantes para o cientista (no caso, o nosso historiador) dentro de uma infinidade possível de seleções. E é necessário, exatamente por causa do aspecto complicador desta infinidade (infinidade do próprio real, na epistemologia weberiana), que se estabeleça uma lógica rigorosa na construção teórica, que dependerá, afinal, do conhecimento "empírico" da realidade social para resultar num artefato teórico convincente e pertinente. O conhecimento da história das sociedades e a aguda observação das condutas dos indivíduos são pré-requisitos fundamentais para a interpretação sociológica, se ela se quer valer da construção de tipos ideais. Afinal, não é a um mosaico qualquer de traços, arbitrariamente congregados num constructo teórico, que se poderá chamar tipo ideal. Pelo contrário, a construção típica-ideal possui em seu interior uma lógica unívoca, que encadeia fenômenos ou traços do real de forma culturalmente significativa, portanto não a

partir de uma lógica arbitrária, mas de uma lógica nascida da própria observação e compreensão da sucessão de eventos ou da presença de traços dados no real, tendo essa construção necessariamente um resultado heurístico considerável. Torna-se essencial para o historiador um conhecimento causal dos fenômenos observados, mediante a “imputação de certos resultados concretos a determinadas causas concretas”, derivando daí o “conhecimento das regularidades das conexões causais”¹⁹. Trata-se portanto da necessidade de que o historiador se valha de toda a sua erudição (da qual dependerá em grande parte o sucesso da criação teórica) para a construção típico-ideal. Voltando ao nosso caso, trata-se de perceber que Sérgio Buarque mobilizou todo o seu conhecimento “empírico”, não apenas teórico, para construir os tipos que vamos apontando, ressaltando o seu caráter típico-ideal. O “aventureiro”, em oposição ao “trabalhador”, somente pôde vir a lume porque um estudo exaustivo das formas de exploração e de convívio na colônia precedeu a sua construção teórica.

Vê-se, desde logo, a percepção apurada do historiador quanto às origens da colonização portuguesa na América. Mas, voltando ao tema weberiano, não se trata de confundir os tipos ideais com a história. Não se trata tampouco, numa tentativa positivista, de verificar os fatos como realmente se deram. O que há aqui é uma reconstrução da história, não para reescrevê-la fotograficamente, tal como se deu, mas para retomar a sua significação, dentro de uma particular teia de sentidos que o historiador reconstrói, sobejamente informado de dados e de testemunhos passados. Seria um total equívoco, nos parece, considerar que Sérgio Buarque simplesmente derive a análise que faz das ações e condutas dos portugueses no Brasil colonial de uma abstrata “ética da aventura”. Não há, de forma alguma, a precedência da categoria “aventura” para a compreensão da história brasileira na pena

¹⁹ WEBER, Max. *A Objetividade...* op.cit., pp.129-131. A observação das “conexões causais adequadas”, que possibilita um “conhecimento nomológico” (regularidades) aliado ao “conhecimento ontológico” (“fontes”), nos remete às categorias de “possibilidade objetiva” e “causação adequada”, que não cabe desenvolver aqui, embora sejam de fundamental importância para a compreensão do método weberiano e da construção tipológica em *Raízes do Brasil*, que resultará, conforme dizíamos, na conformação da “cordialidade” como traço típico de nossa cultura. A propósito daquelas categorias, verificar WEBER, Max. “Estudos Críticos sobre a Lógica das Ciências da Cultura”. in: *Metodologia das Ciências Sociais*, parte I. op.cit., (“Possibilidade Objetiva e Causação Adequada na Consideração Causal da História”) pp.192-210.

de Sérgio Buarque. Há, inversamente, a compreensão dos sucessos e das vicissitudes da empresa colonizadora, caracterizando-a minudentemente, *através* da categoria "aventura", que somente se compreende oposta ao "trabalho". Ou seja, embarcará em ingente erro quem imaginar que o nosso historiador terá coletado e selecionado informações sobre o nosso passado colonial para adequá-las a uma categoria abstrata. O papel deste conceito (típico-ideal) de "aventura" é cumprir sua função de meio, não de fim em si mesmo. A "plasticidade" do português "aventureiro" não vem de um metafísico princípio de aventura, mas da verificação de diversos dados culturalmente significativos (a adaptação da alimentação, do vestuário, da arquitetura, do gosto, das técnicas agrícolas, etc.) e de sua peculiar congregação num "conceito-limite", para falar com Weber, batizado de "ética da aventura", construído logicamente em oposição à "ética do trabalho". Assim, se todas aquelas características do português (imprevidência, audácia, irresponsabilidade, etc.) se conjugam pela idéia totalizante da "aventura", não é porque ela exista de fato, personificada em indivíduos reais, mas porque é ela o elemento teórico que nos possibilita *compreender* a história, atando os fios de uma explicação que o nosso historiador quer dar a entender²⁰. A ausência de uma "civilização agrícola", os métodos arcaicos de cultivo, a ocupação desordenada do território, tudo concorre para uma visão ampla do nosso passado agrário, que melhor se compreende se, em oposição a um método meramente descritivo, se conjugar todos esses fenômenos numa totalidade conceitual, que por sua vez somente faz sentido se referida a cada detalhe, a cada evento e processo que tão bem conhecia Sérgio Buarque.

²⁰ Uma "explicação compreensiva" (lembrando que a expressão é utilizada por Weber) nos faz lembrar uma alteração que se processou na primeira frase do ensaio de Sérgio Buarque em edições recentes. Na primeira edição, o que se lê logo no intróito do ensaio é: "Todo estudo compreensivo da sociedade brasileira ha de destacar o facto verdadeiramente fundamental de constituirmos o unico esforço bem sucedido, e em larga escala, de transplantação da cultura européia para uma zona de clima tropical e subtropical." (1ª edição - p.3). Posteriormente, não mais encontraremos a afirmação de que se trata de um estudo *compreensivo*. Porém, esperamos sugerir convincentemente ao leitor que se trata de fato de um estudo deste gênero, na sua acepção weberiana.

IV. A nossa “cordialidade” e a democracia quase impossível

Na esteira do que vimos discutindo, procuremos no “homem cordial” aqueles traços do real que foram selecionados e, com certa arte, amalgamados nesta figura que tantas polêmicas gerou. Talvez a mais conhecida delas seja a que envolveu o autor de *Raízes do Brasil* e Cassiano Ricardo, quando se discutia a “cordialidade”. Após a segunda edição do ensaio, Ricardo publica, na revista *Colégio*, em julho de 1948, uma extensa crítica à utilização – supostamente equívoca – da expressão de Ribeiro Couto no livro de Sérgio Buarque²¹. Afora as pendengas etimológicas, sobre a origem da palavra “cordial”, o que nos interessa é perceber que Cassiano Ricardo discorda de nosso autor não apenas quanto à forma de sua reflexão, mas também quanto ao seu conteúdo. Desde que se tinha prestado a leituras equivocadas, o conceito de “homem cordial” foi sendo melhor precisado em edições posteriores à primeira, de 1936. Sérgio Buarque refere-se então a uma “cordialidade” que não se identifica com “civilidade”, ou, menos ainda, com “boas maneiras”. O que estão em jogo, quando se busca defini-la, “são antes de tudo as expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”. A “cordialidade” não significa necessariamente concórdia, pois “a inimizade bem pode ser tão *cordial* como a amizade, nisto que uma e outra nascem do *coração*”²². Cassiano Ricardo, ao contrário, vê no “clima moral” brasileiro uma “bondade original”, que se teria desenvolvido historicamente através de uma “técnica de bondade” praticada desde o início da colonização pelos portugueses que aqui chegavam²³. Esta sua colocação sugere não apenas a possibilidade de leituras diversas do “homem cordial”, mas também a possibilidade de uma conjunção diversa de traços da realidade, conferindo-lhes sentido peculiar mediante uma caracterização diferente daquela feita pelo nosso historiador. Ocorre que Sérgio Buarque não estava preocupado, de forma alguma, com

21 Ressalte-se aqui que a expressão “homem cordial”, vez por outra atribuída a Sérgio Buarque, vem na verdade da pena do poeta Ribeiro Couto, que em carta a Alfonso Reyes fala da “fusão do homem ibérico com a terra nova e as raças primitivas”, resultando daí uma “raça nova, produto de uma cultura e de uma intuição virgem, o homem cordial”. Cf. COUTO, Rui Ribeiro. “El hombre cordial, producto americano” in *Revista do Brasil*, 3(6), jun.1987, pp.30-31.

22 HOLANDA, Sérgio B. *Raízes ...* op.cit., (capítulo 5 - “O homem cordial”), pp.129-144.

23 RICARDO, Cassiano. “Variações sobre o homem cordial” in Holanda, Sérgio B. *Raízes...* op.cit., pp.189-210.

“juízos éticos” acerca do “homem cordial”, não lhe importando fosse ele “bom” ou “mau”. Ainda que os estrangeiros gabassem na gente brasileira a “lhaneza no trato, hospitalidade e generosidade”, o que lhe interessa não são os aspectos propriamente enaltecidos do nosso caráter, mas exatamente os aspectos que dificultam o surgimento entre nós de atitudes voltadas para o bem comum. Expliquemo-nos.

O convívio social baseado na “cordialidade” é marcadamente uma forma de aproximação entre os homens e, no limite, até mesmo de indiferenciação aparente²⁴. A dificuldade na aceitação das hierarquias estáticas, atributo ibérico, traduz-se, no nosso “homem cordial”, numa recusa às distâncias sociais, no horror ao ritualismo que obriga o homem a reverências prolongadas ante um superior. As diferenças entre as pessoas podem se apagar momentaneamente num relacionamento que mesmo com o mais distante dos homens se dá de forma quase familiar, sem a mediação de obrigações formais de respeito demasiadamente complexas. A polidez, tal como se manifesta entre os japoneses, por exemplo, não tem lugar entre nós. O tratamento dado a qualquer estranho, ao chamá-lo sempre na terceira pessoa, é prova disso. A proximidade quase humana que se tem com os santos e a frouxidão dos rituais religiosos também comprovam essas características. A solidariedade, por seu turno – é bom que se lembre –, se restringe ao espaço doméstico. É no seio das relações “primárias” que se estabelecem de fato os vínculos entre os homens. De todos esses traços do nosso “cordialismo” se desprende a não aceitação, em princípio, de normas impessoais e abstratamente racionalizadas que

²⁴ Teresa Sales, em estudo recente, aponta raízes comuns a Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, na análise que ambos promovem deste verdadeiro “encurtamento das distâncias sociais”, expresso num certo “fetiche da igualdade” que se encontraria igualmente presente na malfadada “democracia racial” freyriana e no geralmente mal compreendido “cordialismo” de Sérgio Buarque. Segundo a autora, as raízes da desigualdade social na cultura política brasileira seriam melhor compreendidas se referidas a uma certa “cultura política da dádiva”, que tem sua origem num passado colonial onde imperavam o mando senhorial e a subserviência dos homens livres e escravos, e que se redefine com o coronelismo da República Velha, quando o favor ainda prevalece como mediação entre os homens, perpetuando-se por fim nas “modernas” relações entre forças políticas locais e a burocracia estatal. Ai entram Sérgio Buarque e Gilberto Freyre como dois autores clássicos que souberam captar em profundidade a expressão dessa cultura política que nos foi legada, de aparente igualdade e real desigualdade entre homens pobres e ricos. Sales, Teresa. “Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (25), jun. 1994, pp.26-37. Conferir também as interessantes observações feitas ao texto por Juares Brandão Lopes, Francisco de Oliveira e Vera Telles, que seguem o citado artigo, na mesma revista.

se ponham a reger o relacionamento entre os indivíduos. Ao contrário, as formas de convívio são ditadas sempre por “uma ética de fundo emotivo” e, concomitantemente, qualquer “composição social” terá o círculo familiar como modelo a ser seguido. Daí advém a impossibilidade de que a administração pública possua uma hierarquia baseada no mérito, e não nas relações pessoais e/ou familiares. O “homem cordial” não admite a regência de normas estranhas ao próprio indivíduo e seu restrito círculo familiar ou de amizade. Enfim, “falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático”. A malfadada interpenetração entre o público e o privado marca uma gestão política que se dá em moldes patrimonialistas, na sua acepção weberiana segundo Sérgio Buarque²⁵. A não aceitação de uma força externa superindividual é a própria impossibilidade de um Estado que represente a coletividade e intermedie as relações entre os indivíduos. O “homem cordial” se aproxima mais de Antígona que de Creonte, na referência a Sófocles²⁶. A sociabilidade “cordial”, com todas as suas características, desenha um homem distante das formas disciplinadas e impessoais de convívio, típicas de sociedades onde a racionalização da política e da economia ganhou relevo. A nossa aptidão para o social “está bem longe de constituir um fator apreciável de ordem coletiva”. Era o próprio Estado liberal-democrático que parecia distar demasiadamente de um país ainda “cordial”. A “despersonalização democrática”, necessária num mundo liberal e democrático, onde o bem comum se sobrepõe aos apetites individuais, não se coaduna de forma alguma com o fundo emotivo prevalecente nas nossas relações:

25 Note-se que Raymundo Faoro reclama para si a utilização pioneira no Brasil da noção de “patrimonialismo” na sua acepção weberiana. A introdução do conceito de Weber não se teria dado em *Raízes do Brasil* porque, na teoria weberiana, segundo Faoro, a “organização estatal-patrimonial, embora reproduza, na ordem política, a forma do poder doméstico, particulariza-se com a presença de um *quadro administrativo*”, onde o cargo é um direito pessoal do funcionário. Excluiria-se daí o patriarcalismo, “em que o senhor de tudo dispõe, porque tudo está sob seu poder”. Faoro, Raymundo. “A Aventura Liberal numa Ordem Patrimonialista” in *Revista USP*, (17), mar-mai.1993, pp.14-29.

26 “Creonte encarna a noção abstrata, impessoal da Cidade em luta contra essa realidade concreta e tangível que é a família. Antígona, sepultando Polínice contra as ordenações do Estado, atrai sobre si a cólera do irmão, que não age em nome de sua vontade pessoal, mas da suposta vontade geral dos cidadãos(...)”. HOLANDA, Sérgio B. *Raízes...* op.cit., pp.129-130.

Na tão malsinada primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva revela-se nitidamente o predomínio do elemento emotivo sobre o racional. Por mais que se julgue achar o contrário, a verdadeira solidariedade só se pode sustentar realmente nos círculos restritos e a nossa predileção, confessada ou não, pelas pessoas e interesses concretos não encontra alimento muito substancial nos ideais teóricos ou mesmo interesses econômicos em que se há de apoiar um grande partido.²⁷

Aqui vamos entrando no seio da discussão política de *Raizes do Brasil*, referida não apenas a um remoto passado, mas a uma realidade (1936) ainda repleta de uma herança ibérica que, renitente, mantinha-se presente. O "homem cordial" simplesmente não compreende um Estado liberal-democrático. A sobrevivência do personalismo se dá até mesmo na política:

Entre nós(...) o personalismo é uma noção positiva – talvez a única verdadeiramente positiva que conhecemos. Ao seu lado todos os lemas da democracia liberal são conceitos puramente decorativos, sem raízes profundas na realidade. Isso explica bem como nos países latino-americanos, onde o personalismo – ou mesmo a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo – conseguiu abolir as resistências da demagogia liberal, acordando os instintos e os sentimentos mais vivos do povo, tenha assegurado, com isso, uma estabilidade política que de outro modo não teria sido possível. A formação de elites de governantes em torno de personalidades prestigiosas tem sido, ao menos por enquanto, o princípio político mais fecundo em nossa América.²⁸

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 178.

²⁸ Idem, *Raizes...* op. cit. (1ª edição), p. 152. Optamos pela primeira edição para a reprodução deste trecho porque são sensíveis as diferenças em relação a edições posteriores.

Ausência de partidos ideologicamente definidos, uma gestão patrimonial do Estado, a eterna necessidade do “pistolão” para adentrar o reino da administração pública, enfim, problemas que ainda não haviam sido resolvidos e nem se pode dizer que o tenham sido hoje. São estas as marcas de uma realidade que parecia resistir à modernidade, vergando verdadeiramente ante o peso de uma herança de raízes profundas, que caberia extirpar. O dilema expresso na oposição entre personalismo e impessoalidade traz à vista novamente o cenário político que sugeríamos acima. Uma *intelligentsia* tateante, ainda em busca de seu próprio espaço, colocava-se à frente de qualquer herança arcaizante e se supunha portadora de uma “missão”, sem contudo lograr desenhar claramente uma sociedade nova, colorida que fosse com as cores da utopia. A política se atrelava ainda a fórmulas bem pouco condizentes com a própria realidade. Desde o Império até o presente o que se via eram fórmulas políticas sempre vãs, meramente ostentatórias, que em nada condiziam com o nosso caráter. Restaria então a homens de porte intelectual *avantajado*, cultos e bem situados na sociedade, falar *não em nome* da nação, mas falar à própria nação, adverti-la²⁹. Há um conteúdo claramente esclarecedor nesta “missão”: urgia falar a um público sequioso de soluções, desmistificando os caminhos fáceis e expondo os dilemas de uma modernidade inalcançada, mas almejada. Talvez seja neste contexto que possamos compreender a “proposta política” de Sérgio Buarque. Evidenciando-se pela sofisticação teórica e pela erudição ímpar, traçava o nosso historiador não um conjunto de soluções prontas, fadadas que estariam, se este fosse o caso, ao fracasso. Pelo contrário, o que há é uma sugestão, uma espécie de chamamento à complexidade e vulto do problema de “ser moderno” num país onde o “homem cordial” ainda imperava.

Há uma tensão irresolvida entre o quinto e o último capítulo do livro. O “homem cordial” era a marca de uma herança ibérica transformada por séculos de uma colonização “aventureira”, que nos legou características aparentemente irreduzíveis. Mas o mundo da emoção e do personalismo, habitado por esse “homem”, não se coadunava com uma organização política racionalizada, que pusesse

²⁹ Cf. MARTINS, Luciano. *A Gênese...* op.cit., p.78.

o Brasil na senda dos Estados democráticos e liberais. Os princípios de uma democracia liberal nada possuíam em comum com o "cordialismo", embora a repulsa por toda a hierarquia racional, oposta à autonomia do indivíduo, fosse um ponto que levemente aproximava coisas tão díspares³⁰. A urbanização, por seu turno, apontava a dissolução gradual dos traços agrários e patriarcais que marcaram a história brasileira. A "herança rural" se desfazia lentamente e o próprio "homem cordial" em breve se converteria num "pobre defunto", com quem não mais valeria a pena gastar cera³¹. Mas restava inconcluída a democratização do país. Em 1936, se era ainda vivo o nosso "homem cordial", restava o impasse representado pela impossibilidade de que se generalizassem atitudes democráticas, numa ordem efetivamente liberal. A incompatibilidade lógica entre o "cordialismo" e os princípios liberais mantinha sua vigência:

Todo o pensamento liberal-democrático pode resumir-se na frase célebre de Bentham: "A maior felicidade para o maior número". Não é difícil perceber que essa idéia está em contraste direto com qualquer forma de convívio humano baseada nos valores cordiais. Todo afeto entre os homens funda-se forçosamente em preferências. Amar alguém é amá-lo mais do que a outros. Há aqui uma unilateralidade que entra em franca oposição com o ponto de vista jurídico e neutro em que se baseia o liberalismo. A benevolência democrática é comparável nisto à polidez, resulta de um comportamento social que procura orientar-se pelo equilíbrio dos egoísmos. O ideal humanitário que na melhor das hipóteses ela predica é paradoxalmente impessoal; sustenta-se na idéia de que o maior grau de amor está por força no amor ao maior número de homens, subordinando, assim, a qualidade à quantidade³².

30 HOLANDA, Sérgio B. *Raízes...* op.cit.,(capítulo 7 - "Nossa Revolução") pp.163-185.

31 Idem, "Carta a Cassiano Ricardo" in *Raízes* op.cit., pp.211-213.

32 Idem, *Raízes...* op.cit., p.181.

A submissão da “qualidade à quantidade” marcaria o fim do “cordialismo”, dando azo a um mundo menos personalista, baseado na racionalidade fria da burocracia. Mas isso não acontecia, pois subsistiam os valores “cordiais”, a gestão patrimonialista e a desideologização do campo político. De fato, parece irresolvido o problema. Examinemo-lo, contudo, mais de perto.

Trata-se de um dilema. A superação da ordem patrimonialista, que pressupunha o fim do “cordialismo”, resultaria efetivamente numa ordem democrática? Sim, em princípio. Porém, o “cordialismo” – e todos os traços nacionais que a partir dele se podem compreender, inclusive o “aventureirismo” que marca a adaptação do português ao meio americano – não se deixaria simplesmente extirpar, como a uma erva daninha. A realidade do “homem cordial” não se deixaria jamais dobrar pelas teorias e propostas “caprichosas” dos homens:

Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intato, irredutível e desdenhoso das invenções humanas.³³

O Estado liberal-democrático por que propugnava Sérgio Buarque não vingaria jamais se não se adequasse às condições que a própria história política e social do Brasil oferecia. Posto o dilema, de fato não há uma resolução clara da parte de nosso historiador. A recusa em dar uma resposta definitiva fosse talvez proposital. Imerso num momento político delicado, em que as alternativas democráticas mal se definiam (e seriam aliás violentamente abafadas pelo Estado Novo em 1937), não restaria lançar mão de uma solução pronta e definitiva, porque aí sim falaria menos o historiador e mais o profeta³⁴. Suspeitamos que haja, pelo contrário, uma deliberada falta de respostas

³³ Idem, *ibidem*, pp. 184-185.

³⁴ Escusado prolongar a discussão em torno desta “ausência” de uma proposta política clara em *Raízes do Brasil*. Lembramos, contudo, a discordância que temos com Teresa Sales, para quem o dilema do cordialismo frente à ordem impessoal “não foi (...) resolvido teoricamente pelo próprio autor do ensaio, que de certo modo se propunha fazê-lo nos dois capítulos seguintes [ao quinto].” Sales, Teresa. “Raízes da desigualdade...” *op. cit.*, p.36. Não nos parece que haja de fato uma proposição do autor em resolver teoricamente o dilema. Ao contrário, nos parece que se mantém deliberadamente aberta a discussão sobre os caminhos de uma via democrática brasileira.

claras, visando talvez aquele chamamento à realidade de que falávamos acima. Seria o leitor um interlocutor ativo, para quem o nosso historiador esclarecia o sentido de uma realidade que fincava fundas raízes num passado colonial nem tão remoto³⁵. Mas... o que nos restava então?

Este é o ponto. Restava-nos uma revolução. Não porém uma revolução cruenta, que revolvesse apenas superficialmente o quadro político instável em que nos encontrávamos. Se queríamos uma ordem democrática, teríamos que nos haver com a nossa herança ibérica, que nos legou o tão malfadado "cordialismo". Mas superá-lo sem mais era impossível. Precisaríamos de um "elemento normativo sólido", ainda que vigorassem as formas de cordialidade. Não caberia contudo fechar os olhos à "feia e desconcertante" realidade, "criando asas" para não ver o espetáculo por vezes detestável de nossa desordem. Não havia porque idealizar um passado de "ordem", porque nunca o tivéramos. O integralismo, esse nosso "mussolinismo indígena", apenas ecoa as "pobres lamentações de intelectuais neurastênicos", numa atitude afeita à ordem estabelecida, acomodado à sombra do poder. Restava-nos então um encontro com o nosso próprio presente, reatando os fios do passado numa síntese que levasse em conta as reais condições em que nos encontrávamos, possibilitando-nos divisar os contornos do Estado almejado:

(...)o Estado, criatura espiritual, opõe-se à ordem natural e a transcende. Mas também é verdade que essa oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente consigo. (...)O espírito não é força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas superiores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades e jamais das escolhas caprichosas.³⁶

³⁵ Estas idéias nos foram sugeridas a partir de um projeto de pesquisa onde se propõe uma reflexão sobre o ensaio de Sérgio Buarque, tomando-o como uma "intervenção radical no debate político promovido em circunstância do movimento revolucionário de 1930". CASTRO, Conrado Pires de. *"Raízes do Brasil" e o debate sobre a modernização da sociedade brasileira na década de 30 (projeto de pesquisa)*. Mimeo., 1994.

³⁶ HOLANDA, Sérgio B. *Raízes...* op.cit. .p.185.

O desafio estava lançado. A revolução já se processava, sem o alarde dos grandes feitos. Era a revolução da cidade, que vinha fazendo ruir os alicerces de um poder patriarcal estabelecido desde o meio rural. A hipertrofia urbana trazia consigo os germes da dissolução dos laços agrários: a complexificação da economia, o incremento das comunicações, enfim, uma ética urbano-industrial que condenaria o passado rural ao desaparecimento³⁷. A “revolução vertical”, por seu turno, incluída no ensaio posteriormente à primeira edição, significava sobretudo a ascensão à cena política, no bojo desta revolução urbana, daqueles que nunca foram ouvidos. As “massas de trabalhadores” entravam agora no palco da política, com a força do seu voto³⁸. Voltando porém a 1936, quando da primeira edição, encontramos ali uma esclarecedora nota a respeito do projeto político de Alberto Torres, que melhor nos fará compreender o intuito de Sérgio Buarque com essa idéia de uma “revolução”:

Alberto Torres não viu, e não quis ver, todavia, que foi justamente a pretensão de compassar os acontecimentos pelos sistemas, as leis e os programas, uma das origens da *separação que existe entre a nação e sua vida política*. Acreditou sinceramente, ingenuamente, que a letra morta pôde influir de modo energético sobre os destinos de um povo (...)³⁹

A “revolução” não era então a revolução das leis, o simples incremento legal. Antes disso, podemos ler esta revolução exatamente como o abreviamento dessa distância que separava “a nação da sua

³⁷ “A cidade brasileira considerada em *Raízes do Brasil* é a cidade da revolução urbana. Esta revolução modifica fundamentalmente a cidade colonial subjugada pelo latifúndio, e transfere a dominância social e política, das regiões agrárias para a cidade.” Assim Brasil Pinheiro Machado considera utilizada a categoria weberiana de “cidade” por Sérgio Buarque de Holanda, que, desta feita, segundo sua leitura traria dados “com cujas conexões seria possível a tipificação da cidade brasileira como um todo significativo para a investigação do surgimento da burguesia urbana e conseqüente caracterização dessa burguesia, relativamente à sua adequação à racionalidade capitalista.” Machado, Brasil Pinheiro. “*Raízes do Brasil: uma re-leitura*”, *Estudos Brasileiros*, (2), dez. 1976, pp.189-190.

³⁸ Assim interpreta Sérgio Buarque as “vitórias eleitorais ultimamente alcançadas, no Brasil e na Argentina, pelas massas de trabalhadores, embora sua articulação tenha sido aproveitada e em grande parte alimentada por forças retrógradas, representativas do velho caudilhismo platino”. A nota, evidentemente, não é da primeira edição. Holanda, Sérgio B. *Raízes...* op.cit., p.177, nota 171.

³⁹ Idem, *Raízes...* op.cit., (1ª edição) p.145. Grifos nossos.

vida política". A sociedade civil teria que se emancipar, trazendo à tona os elementos populares que se perdiam num mundo de favores e de benesses. O "homem cordial", se viesse a desaparecer, não o faria pela vontade caprichosa dos legisladores. E o regime democrático, se viesse a vigorar entre nós, tampouco o seria pelo mesmo motivo. A realidade da "nossa revolução" era o surgimento de novos atores políticos e sociais, que legitimamente tomariam o lugar do "homem cordial" e passariam, na condição de cidadãos, a influir nas decisões políticas do país. Essa a leitura possível de uma "revolução", como a sugerida por Sérgio Buarque de Holanda.

Conclusão

Se pensarmos no caminho percorrido por Sérgio Buarque para chegar até conceitos como "trabalhador" e "aventureiro", ou mesmo o "cordialismo", oposto à impessoalidade da norma burocrática, veremos que a sofisticação teórica, oculta todavia num texto escorreito, de poucas citações, é de grande importância. É importante porque rara no Brasil da década de trinta. As poucas referências diretas a Weber não significam a ausência de uma inspiração propriamente weberiana em seu trabalho. Destarte, tomando o "homem cordial" como um conceito-chave compreensivo, espécie de tipo ideal peculiar, cremos ter demonstrado a imbricação do "cordialismo" com as raízes ibéricas que marcam os portugueses na sua conquista dos trópicos. Este "homem cordial", possuidor daqueles traços apontados (lhaneza, afetividade, etc.), não é um homem político. Incapaz de aceitar a mediação de normas racionais de relacionamento, definidas abstratamente, ele se fecha num mundo de emoção, afetivo e familiar. Fecha-se sobre si e os seus, negando a civilidade, que impõe limites à liberdade individual. Oposta ao "cordialismo", portanto, está a impessoalidade da norma burocrática. Somente vencendo a cordialidade o brasileiro abriria para si a possibilidade de uma democracia representativa, em moldes liberais.

Há no estudo compreensivo que é *Raízes do Brasil* um caráter claramente *esclarecedor*, reforçando talvez o elemento weberiano ali presente. O ensaio, afinal, reconstrói uma longa cadeia causal que nos leva de uma remota origem ibérica, passando pela adaptação

“aventureira” nos trópicos, até aos desafios do presente. Não pretende o nosso historiador, porém, dar por finalizada a tarefa de compreensão quando encerra o seu livro. A reflexão política que faz ao final, lembrando um pouco as ilações de caráter “valorativo” a que Weber se permitia ao final de alguns de seus ensaios, mesmo os metodológicos, não é categórica. Não se impõe uma visão “universalmente válida” da história do Brasil nem caminhos redentores para o nosso povo. Pelo contrário, o que se quer é compreender a história, reatando significativamente os fios que nos ligam ao passado, construindo uma explicação compreensiva, apoiada porventura em conceitos típicos-ideais. O leitor de *Raízes do Brasil*, este interlocutor fundamental da obra, haveria de nutrir-se de um conhecimento haurido pelo nosso autor em fontes diversas e ricas, tanto documentais como teóricas. A função iluminadora do conhecimento está exatamente neste esclarecimento permitido pelo trabalho científico, que possibilitaria ao leitor de Sérgio Buarque de Holanda melhor conhecer as suas raízes, para melhor compreender as possibilidades que o futuro lhe reservava.

